

Necessidade de mudanças

É preciso, antes de mais nada, enfatizar que "ganhar tempo" não se insere na categoria das estratégias mediocres, quando o objetivo é permitir às forças produtivas entrar em ação. Neste caso, poderemos identificar várias destas forças. A economia mundial recuperou o sentido do crescimento; as taxas de juros baixaram ligeiramente; a necessidade de ajustamento das políticas econômicas deixou de ser discutida pelos países industrializados e endividados, mesmo que, em ambos os casos, os governos retardassem medidas indispensáveis; mais que isto, se os problemas estão longe de solução, as crises de "domínos" foram evitadas e a comunidade internacional conquistou este elemento essencial — a confiança em seus dirigentes e em sua capacidade de controlar as situações.

Dito isto, poderemos concluir que a crise acabou? Na verdade, não.

Apesar de o mundo ter evitado uma catástrofe financeira, em termos de economia real, o essencial ainda não foi feito. Não poderemos falar em fim de crise enquanto os países endividados não chegarem a níveis de endividamento sustentáveis a longo prazo e recuperarem seu crescimento ordenado, sem o qual não poderão sobreviver muito tempo. Existe tal possibilidade? Entre os vários organismos internacionais, aos quais foi colocada a questão, o FMI, em abril de 1984, divulgou várias possibilidades de evolução até 1990. As informações que o relatório contém são de inegável importância. Eis-las, em resumo:

1 — De 1985 a 1990 os países endividados manterão seus esforços de ajustamento.

2 — O PNB dos países industrializados crescerá, em média, no período, a taxas anuais de 3,25%.

3 — As taxas de juros pagas pelos países em desenvolvimento sobre seus empréstimos a taxas flutuantes poderão decrescer progressivamente a partir de 1986 e alcançar, não

depois de 1988-1990, nível inferior a três pontos em dólares, a câmbio corrente, em relação aos esperados para 1984; essa melhoria da posição exterior dos países endividados supõe uma certa redução dos spreads pagos abaixo do Libor.

4 — A alta dos preços mundiais dos produtos manufaturados será limitada a 4% e a taxa de câmbio real entre o dólar e as outras moedas fortes permanecerá inalterada.

5 — Os preços do petróleo permanecerão estáveis em dólares correntes desde o final de 1983 até o final de 1985, e, a seguir, subirão 4% ao ano — da mesma forma que os preços nos EUA — até 1990.

6 — Os termos de câmbio dos países em desenvolvimento não-produtores de petróleo melhoraram ligeiramente em 1983 e 1984 e, posteriormente, permanecerão constantes até 1990.

7 — Não foram previstas medidas protecionistas suplementares contra os países em desenvolvimento, nem o relaxamento dos dispositivos atuais.

8 — O nível de risco assumido pelos bancos comerciais internacionais em relação aos países em desenvolvimento foi considerado inalterado em termos reais entre 1985 e 1990. Os créditos comerciais crescerão em taxas equivalentes ao valor das importações, a partir de 1986.

9 — A ajuda pública ao desenvolvimento permanecerá constante, em termos reais, a partir do nível obtido em 1984.

10 — Os investimentos diretos crescerão a uma taxa ligeiramente mais rápida que os créditos financeiros dos bancos.

Em resumo, o quadro previsto é este: os banqueiros farão da necessidade uma virtude; os países em desenvolvimento permanecerão fiéis à política de austeridade e os países industrializados manterão seu equilíbrio, sem degradar sua contribuição ao comércio e ao desenvolvimento internacionais. E, principalmente, supõe-se que o crescimento

dos países industrializados se manifeste de maneira durável — se bem que a taxas moderadas — e que as taxas de juros baixem três pontos.

Perguntamos: quais serão os resultados que obteremos, em relação ao ponto mais alto da crise (1982-1983), para os países em desenvolvimento não-produtores de petróleo, se todas estas condições forem preenchidas?

— Seu déficit da balança atual, em relação às suas exportações de bens e serviços, irá declinar de 12,6% em 1983 (18,7% em 1982) para 10,1% em 1990.

— A relação de serviço da dívida passará de 21,6% em 1983 para 24,4% em 1987 e depois para 21,3% em 1990. Para os 25 maiores devedores, ela passará de 29% em 1984 para 34% em 1987 e 30% em 1990.

— A taxa de crescimento do PNB irá melhorar em relação ao período 1981-1983 (4,6% contra 2%), graças ao desenvolvimento das exportações. Isto será de particular importância para os países de baixa renda: sem ela, a taxa de crescimento do PNB cairá abaixo das taxas necessárias para manter seu nível atual de renda per capita.

— O volume das importações crescerá mais lentamente que durante os anos 1973-1980, a uma taxa de 6%, ou seja, um ponto a mais que as exportações. Por este motivo, depois de ter acumulado os excedentes — antes do pagamento dos juros e lucros dos investimentos — elas voltarão a apresentar déficit a partir de 1988.

Este balanço relativamente positivo se refere apenas aos países em desenvolvimento tomados em conjunto. Entretanto, é possível que alguns destes países não atinjam todas as metas previstas, e que um ou outro desenvolva um quadro de gravidade crítica, apresentando risco de contágio. Isto se torna ainda mais viável se, de acordo com as análises do Banco Mundial, procurarmos imaginar o que poderá ocorrer na África ao Sul do Sahara.

Isto poderá satisfazer-nos?